Ainda Estou Aqui: a memória de um filho que sofreu as marcas da ditadura

Ainda Estou Aqui: the memory of a son who bears the scars of the dictatorship

Nathália Taise de Camargo Mendes
Mestranda em Letras pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, https://orcid.org/0009-0007-5534-7641, nathaliam99@hotmail.com

Recebido em: 22/09/2024 / **Aceito em:** 17/12/2024
DOI: 10.12660/rm.v16n26.2024.92110

Resumo

Este artigo se propõe a analisar a narrativa de Marcelo Rubens Paiva em seu livro autobiográfico "Ainda Estou Aqui" de acordo com o conceito da *literatura de los hijos* - autores que eram crianças durante períodos ditatoriais e que hoje como adultos expõem seus pontos de vistas diante de tais acontecimentos. Para isto, utiliza-se dos pensamentos da Professora Doutora Maria Elisa Rodrigues Moreira (2020), da estudiosa chilena Paulina Daza (2014) e das ideias de Michael Pollak (1989), Jacques Le Goff (1990) e Elizabeth Jelin (2014) sobre a memória. De tal forma, a partir da pesquisa, reconhece-se Rubens Paiva como um dos grandes autores que mantém viva a memória dos terríveis dias de Ditadura Militar no Brasil.

Palavras-chave: Ditadura Militar; *Literatura de los hijos*; Marcelo Rubens Paiva; Memória.

Abstract

This article aims to analyze the narrative of Marcelo Rubens Paiva in his autobiographical book "Ainda Estou Aqui" according to the concept of *literature of los hijos* - authors who were children during dictatorial periods and who, as adults, express their points of view on such events. To this end, it uses the thoughts of Maria Elisa Rodrigues Moreira (2020), Chilean scholar Paulina Daza (2014), and the ideas of Michael Pollak (1989), Jacques Le Goff (1990) and Elizabeth Jelin regarding memory. Thus, based on the research, Rubens Paiva is recognized as one of the great authors who keeps alive the memory of the terrible days of the Military Dictatorship in Brazil.

Keywords: Military Dictatorship; Literature of los hijos; Marcelo Rubens Paiva; Memory.

Introdução

Durante a última metade do século passado, a América Latina foi acometida por diversos governos ditatoriais – muitos deles financiados pelos Estados Unidos –, e o Brasil não foi exceção. Atualmente, sessenta anos após o Golpe Militar de 1964 e quase quarenta anos da redemocratização do País, é preciso manter viva a memória de anos que trouxeram tanto terror.

Uma das formas que o Brasil encontrou de manter vivas as lembranças do Regime Militar foi por meio da arte – da música e da literatura, especialmente. Autores, compositores, políticos e estudiosos criaram, e ainda criam, obras sobre os duros anos da liberdade proibida no País. Importante salientar que esse fato ocorreu não somente em terras tupiniquins, mas por toda a América do Sul.

A pesquisadora e doutora em sociologia Elizabeth Jelin reforça em seu artigo *Memoria y democracia. Una relación incierta* (2014) a importância da memória quando falamos de violência política, períodos ditatoriais e guerras civis. Ademais, dentro desta ideia, Jelin também inclui

> [...] a elaboração artística e performática realizada por múltiplos atores e através de vários meios, como o cinema, a literatura, o teatro, as artes plásticas, etc. Em suma, as memórias recentes do passado, marcadas por sofrimento e violência política, atuam como um estímulo para inúmeros rituais, produções culturais e buscas por interpretações e explicações (Jelin, 2014, p. 227, tradução nossa).

Através de obras artísticas constrói-se todo um universo memorialístico e cria-se uma memória coletiva mais fortificada que encontra diversos relatos para se apoiar. Jelin (2014) também aprofunda a análise sobre como a história é ensinada nas escolas e aponta a importância da memória para esses estudos.

> O passado é um objeto de disputa, onde diversos atores expressam e silenciam, destacam e ocultam diferentes elementos para a construção de seu próprio relato. O que encontramos é uma luta pelas memórias, uma luta social e política na qual são discutidas questões de poder institucional, simbólico e social. Por sua vez, os fenômenos da memória se manifestam em diferentes planos da vida social: o plano institucional, o cultural e o subjetivo (Jelin, 2014, p. 240, tradução nossa).

Pensando na importância de se contar aquilo que aconteceu, uma das formas mais comuns de o fazer dentro dos estudos literários tem sido a literatura de testemunho.

> A literatura de testemunho pode ser entendida como uma forma de recriação de mundos baseados em experiências memorialísticas de sujeitos que testemunharam, de alguma forma, um evento histórico. Narrativas testemunhais são reconstruções de mundos implantados pelo autor. O testemunho é uma possibilidade de apresentar relatos com um peso traumático e inarrável, levantando questões e dando voz às narrativas de minorias, de sobreviventes de holocaustos e de outras formas de genocídio, repressão e violação dos direitos humanos (Maciel, 2016, p. 75).

Ou seja, a parte mais importante da literatura de testemunho é a voz de seu narrador que, em suma, é uma vítima que testemunhou em primeira mão eventos traumáticos, muitas vezes associados a violência política. “O testemunho tanto artístico/literário como o jurídico pode servir para se fazer um novo espaço político para além dos traumas que serviram tanto para esfacelar a sociedade como para construir novos laços políticos” (Seligmann-Silva, 2010, p. 12).

Dentro da literatura de testemunho, encontramos uma categoria de narrativas que nasceu no Chile, onde houve uma das ditaduras mais violentas da América Latina, a chamada *literatura de los hijos.* Uma literatura que se detêm exclusivamente àqueles que eram crianças durante um período de violência política e hoje contam suas histórias – enquanto a de testemunho vai possuir um leque maior de narradores. Isto é, vozes que não tinham plena consciência do que se passava no seu país, que eram personagens secundárias da história.

> Esclareço que não se trata de uma literatura puramente política, uma vez que as visões dos narradores são as daqueles que viveram os processos políticos nacionais a partir da posição de quem "observa", "entende pela metade" e "não opina"; eles são a voz de uma geração de "personagens secundárias", como os chama Alejandro Zambra, retomando a ideia do documentário "Actores secundarios" dirigido por Jorge Leiva e Pachi Bustos, no qual são relatadas as atividades do movimento estudantil chileno desde o ano de 85 até o final da ditadura. Na narrativa recente, esses "secundários" têm a possibilidade, finalmente, de perguntar, criticar e relatar a história daqueles que sofriam ou não sofriam as consequências sem a possibilidade de intervir, nem através da ação, nem através da palavra (Daza, 2014, p. 2, tradução nossa).

Na *literatura de los hijos* estão presentes as obras que dão voz àqueles que passaram pela infância durante esse processo violento, mas que nunca puderam falar sobre suas lembranças ou sobre as marcas que foram deixadas em suas vidas. De tal forma, também encontramos a *literatura de los hijos* no Brasil. Aliás, podemos considerar que temos todo um gênero musical feito pelos *hijos*, que trazem em suas

composições eternas cicatrizes da Ditadura Militar Brasileira: o rock brasileiro iniciado nos anos 1980. Música feita por jovens que nasceram pouco antes ou durante o Regime Militar, filhos de políticos, empresários, artistas, que foram afetados diretamente pela política da época.

Este, porém, é assunto para outro artigo, pois no presente trabalho nosso objeto de análise será o livro *Ainda Estou Aqui,* publicado em 2015 pelo escritor Marcelo Rubens Paiva, que nasceu em primeiro de maio de 1959, em São Paulo. Seu pai era Rubens Beyrodt Paiva, engenheiro civil pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e deputado federal eleito em 1962 e cassado em 1964. Sua mãe, Eunice Paiva, formada também pela Universidade Mackenzie, em Letras, e mais tarde em Direito, foi defensora dos direitos humanos e dos direitos indígenas e símbolo da luta por informações dos desaparecidos durante o regime.

Marcelo Paiva cresce, ao lado de quatro irmãs, dentro de uma casa extremamente politizada e é afetado diretamente por um governo que não compreendia. Hoje, aos 65 anos, Marcelo coleciona um belo repertório de obras, que inclui pelo menos dezesseis livros, onze peças de teatro, seis roteiros de filmes e um disco de ópera rock intitulado *Doze Flores Amarelas*, feito em parceria com Hugo Passolo e a banda Titãs. As obras, além de outros prêmios, renderam ao autor três Jabuti: em 1983, por *Feliz Ano Velho*, 2016, por *Ainda Estou Aqui,* e o prêmio Infantil Digital, em 2017, com *O Menino e o Foguete*. Além desses, também recebeu as premiações Moinho Santista, em 1985, e o Shell de Teatro, em 2000.

No livro *Ainda Estou Aqui*, Paiva detalha o mandato federal de seu pai, sua cassação, desaparecimento, tortura e morte. Fala também sobre sua infância e adolescência durante os anos de Chumbo e a reabertura política do Brasil. E foca na luta de sua mãe, que aos 41 anos se tornou viúva de um marido que não tinha certidão de óbito. Assim, Paiva nos conta como sua mãe ergueu a cabeça, formou-se em Direito, e lutou até o fim para descobrir o que se passou com o pai de seus filhos. Não só isso, brigou por direitos humanos e indígenas, se tornou um exemplo dessa luta, e morreu aos 89 anos, com Alzheimer, sem saber de suas conquistas contra os crimes cometidos na Ditadura Militar ou da Comissão Nacional da Verdade.

Para falar da *literatura de los hijos* utilizaremos o artigo de Maria Elisa Rodrigues Moreira (2020), *Memória e Violência: Sutis Cicatrizes na Narrativa de Alejandro Zambra*, e o da estudiosa chilena Paulina Daza (2014), *Buscamos una voz*

que nos reciba, juntamente ao estudo *O Local do Testemunho*, de Márcio Seligmann-Silva (2010) para pensarmos a literatura de testemunho.

Informações sobre o período ditatorial foram retiradas de estudos, artigos e livros, como a tese de Doutorado de Cássio Silva Moreira (2011) *O projeto de nação do governo João Goulart: o Plano Trienal e as Reformas de Base (1961-1964)* e *O Padre Peyton e as marchas da família com Deus pela liberdade* (2014), dos pesquisadores da Universitat Autònoma de Barcelona, Richard Antczak e Laura Goldschmitt. Ademais, o artigo *Memória, Esquecimento, Silêncio* de Michael Pollak (1989), o livro *História e Memória* de Jacques Le Goff (1990) e *Memoria y democracia. Una relación incierta* (2014) de Elizabeth Jelin são a maior base para as considerações sobre memória.

A parir do exposto, manteremos o foco nas passagens do livro em que Marcelo Rubens Paiva se lembra o que pensou quando criança ao vivenciar situações que não faziam sentido para ele, por exemplo, quando aos 11 anos viu seu pai sendo levado por homens desconhecidos. Como o autor escreve o livro na casa dos 50 anos, acaba por reviver sua memória de garoto ingênuo e, através disso, ressaltar ainda mais a violência vivida nas décadas de 60, 70 e 80 no Brasil. Ainda, como afirma Maria Elisa Moreira (2020), “[...] mais que narrar a memória desse período histórico a partir de um olhar infantil [...]”, ele o faz a partir da posição de “filho”.

Por fim, também refletiremos sobre a memória, que “[...] é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia” (Le Goff, 1990, p. 410).

Alguém grita “comunismo” e Rubens Paiva está no rádio

Para compreendermos o contexto ao qual estamos adentrando, é preciso entender o que se passava politicamente no Brasil da década de 1960.

Em 1961, João Goulart, ou Jango, que era vice-presidente do eleito Jânio Quadros, assume a presidência após Jânio ter renunciado ao cargo. Jango assume um governo em crise econômica e então declara sua intenção de implementar Reformas de Base, com o objetivo de diminuir a concentração de renda e de terras no Brasil. Apesar de um forte apoio popular, alguns setores mais conservadores

consideraram que essas ações eram a porta de entrada para o famigerado comunismo no Brasil, mesmo não havendo, de fato, algum indício disso.

Muitos pesquisadores estudaram a fundo cada passo dentro da política brasileira que culminou no Golpe de 64. Livros como *1964: O golpe que derrubou um presidente* (2014), de Jorge Ferreira e Angela Castro Gomes, destrincham cada detalhe que influenciou o acontecimento. Há também muitas pesquisas como a do doutor em Economia Cássio Silva Moreira, intitulada *O projeto de nação do governo João Goulart: o Plano Trienal e as Reformas de Base (1961-1964)* (2011). E são trabalhos como estes que nos apresentam recorrentemente tal conclusão, de que Jango não teria um plano de ação comunista a ser implantado no Brasil.

> Muitos o acusavam de demagogo e de querer acabar com o capitalismo, contudo, não parece ser essa a visão do presidente Goulart. O que se pode desprender dos discursos é que Goulart acreditava no capitalismo, mas desde que administrado pelo Estado (Moreira, 2011, p. 330).

Em sua pesquisa, Cássio Moreira investiga a vida e o plano de governo de João Goulart, assim como faz uma análise de seus discursos políticos, e vê Jango como

> Reformista no sentido de ser contrário ao imperialismo e ao latifúndio, mas sem romper com o capitalismo; e populista por acenar a favor das reformas de base por meio de um programa distributivo irresponsável ou insuficiente para resolver os problemas do país (Moreira, 2011, p. 58).

Porém falar de colocar o povo em primeiro lugar foi o suficiente para preocupar a extrema direita e ideologia conservadora norte-americana, que possuía grande influência na política da América Latina.

> O resultado foi a criação de duas entidades, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), que tiveram “estreito contato com a CIA, que lhes forneceu orientação, experiência e recursos financeiros” para “influir nas eleições, impor diretrizes ao Congresso e derrocar o regime democrático.” O seu trabalho foi sabotar o governo democrático de Goulart e para fazer isso não só receberam dinheiro da CIA como de empresas como a Coca-Cola, IBM, Texaco, General Electric, etc. Com esse dinheiro militares a favor de um golpe de estado foram recrutados, a Ação Democrática Popular (ADEP) foi fundada e o IPES com IBAD organizaram seu próprio serviço secreto no seio das Forças Armadas (Antczak; Goldschmitt, 2014, 127).

Entretanto, mesmo com grande respaldo financeiro vindo dos Estados Unidos, os militares ainda precisavam do apoio do povo. E este foi conquistado, principalmente, através da Igreja Católica.

> Os articuladores do movimento sabiam que os militares só definiriam sua posição depois que houvesse manifestações públicas fomentadas por grande parte do povo, o que mostraria a insatisfação geral com o governo. Sendo assim, a maior parte da população, influenciada pela sua Igreja e pelas mídias, reagiu de forma positiva ao golpe, pois pensavam que os militares garantiriam a segurança e a estabilidade do país. Tinham medo de que o comunismo fosse implantado pelo Governo João Goulart (Antczak; Goldschmitt, 2014, p. 131).

Desta forma, vemos acontecer manifestações públicas a favor de um golpe militar. Uma das mais conhecidas foi a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Em São Paulo, por exemplo, a marcha juntou 400 mil pessoas que afirmavam que o presidente pretendia implantar o comunismo no Brasil. Dessa forma, em março de 1964, Jango fez um discurso reafirmando suas intenções de colocar em prática todas as reformas propostas. E então se fez o golpe.

> O movimento era uma clara resposta ao programa de reformas de base anunciado pelo presidente em uma reunião no Rio de Janeiro no dia 13 de março de 1964. Essas reformas de base visavam alterações políticas, fiscais, urbanas, administrativas, agrárias e universitárias.
> Para o historiador e cientista político brasileiro, Boris Fausto, “o primeiro ato das reformas de Jango marcou o começo do fim de seu [João Goulart] governo...” (Antczak, Goldschmitt, 2014, p. 131).

O que o povo não contava era com um mandato militar de 20 anos e a promulgação dos Atos Institucionais. Em 9 de abril de 1964, foi emitido o primeiro Ato Institucional, que afirmava que “a revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constituinte”. Esse comando convocou o Congresso a eleger um novo presidente com poderes ampliados. No mesmo dia, o Congresso, já reduzido por 41 mandatos cassados, se rendeu ao poder militar e elegeu o general Humberto Castelo Branco como presidente. Entre os deputados federais que tiveram seus mandatos cassados estavam Leonel Brizola, Plínio Arruda Sampaio, Francisco Julião e Rubens Paiva.

Rubens Beyrodt Paiva, apesar de Engenheiro Civil por formação, construiu sua carreira na política, tendo sido eleito deputado federal em 1962 pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Também atuou como vice-líder da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) onde apurou denúncias contra as atividades do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e Instituto Brasileiro de Ação

Democrática (IBAD), que foram acusados, em 1963, de receber recursos internacionais com o objetivo de desestabilizar o governo de João Goulart.

No momento em que tem ciência do golpe militar que havia sido aplicado, Paiva monta a Rede da Legalidade e corre à Rádio Nacional, onde grava um discurso, convidando outras rádios a aderirem ao movimento. Em seu discurso (recuperado em 2014 dos arquivos da Rádio Nacional, hoje disponível no YouTube), o deputado convida todos os trabalhadores, estudantes e o povo de São Paulo a se unirem contra um governo que ele chama abertamente de “fascista e golpista”.

Marcelo Rubens Paiva transcreve em seu livro *Ainda Estou Aqui* as palavras ditas por seu pai:

> Me dirijo especialmente a todos os trabalhadores, todos os estudantes e a todo o povo de São Paulo tão infelicitado por este governo fascista e golpista que neste momento vem traindo seu mandato e se pondo ao lado das forças da reação. Estejam atentos às palavras de ordem que emanarem aqui na Rádio Nacional e de todas as outras rádios que estejam integradas nesta cadeia da legalidade. Julgamos indispensável que todo o povo se mobilize tranquila e ordeiramente em defesa da legalidade, prestigiando a ação reformista do presidente João Goulart, que neste momento está com o seu governo empenhado em atender todas as legítimas reivindicações de nosso povo. Está lançado inteiramente para todo o país o desafio: de um lado, a maioria do povo brasileiro desejando as reformas e desejando que a riqueza se distribua; os outros são os golpistas, que devem ser repelidos, e, desta vez, definitivamente, para que o nosso país veja realmente o momento de sua libertação raiar (Paiva, 2015, p. 97).

O discurso no rádio, somado à sua investigação, é mais que o necessário para que o novo governo cassasse seu mandato. No dia 09 de abril, ao instituírem o AI-I, o ex-deputado busca abrigo na embaixada da Iugoslávia para em seguida sair do Brasil em direção à França e depois Inglaterra. Rubens fica em exílio por aproximadamente um ano, quando toma a decisão de retornar ao país com sua família. O deputado engenheiro viveria em liberdade por mais seis anos, para então ser levado para o DOI-Codi do Rio de Janeiro e desaparecer para sempre.

Como veremos de forma mais detalhada ao longo deste artigo, algo que se tornou um tanto quanto comum durante a Ditadura Militar foram os desaparecimentos políticos.

Este ato tornou-se mais popular entre os militares na década de 1970. Antes disso, os presos políticos (na maioria das vezes civis que apenas eram contra a política vigente) que eram torturados e mortos pelo governo ainda tinham seu corpo

devolvido às famílias, e no lugar da verdade sobre suas mortes havia histórias mal contadas. Muitas vezes a vítima era acusada de ter cometido suicídio, como foi o caso do jornalista Vladimir Herzog, que lutou para expor os crimes contra os direitos humanos cometidos pelos militares. Herzog foi preso, torturado e morto em 1975. Ao ser dado como morto

> O relatório criminalístico, realizado no dia 25 de outubro por Motoho Chiota, concluía que o cenário em que fora encontrado o cadáver referia-se a um "quadro típico de suicídio por enforcamento". Da mesma forma foi elaborado o laudo necroscópico, assinado pelos legistas Arildo Viana e Harry Shibata. A famosa e controvérsia foto que Vladimir aparece pendurado por um pedaço de pano na janela da cela em que estava e com os joelhos dobrados também aparecia anexada ao IPM, como forma de comprovar a versão de auto estrangulamento (Memorial da Resistência, [s.d]).

Assim, a partir de dado momento, torna-se mais interessante para o Governo usar a tática do desaparecimento político, pois, apesar de muito cruel, quando era dado um motivo, mesmo que inventado, para a morte da vítima e se assumia aquele óbito, as famílias ainda possuíam uma resposta. Na maioria das vezes, os parentes das vítimas não acreditavam nas mentiras contadas pelos oficiais, e sabiam que aquilo era sinônimo para "os militares o mataram". Mas com a tática do desparecimento vem também o medo e a incerteza. Além disso, também não há uma certidão de óbito, o que, juridicamente, complica a vida dos familiares da vítima. A pesquisadora da área, Janaína Teles, resume os fatos:

> A partir de 1973 houve uma redução dos assassinatos mascarados por falsas versões de suicídio, atropelamentos ou confrontos em tiroteios fictícios. Emerge a figura do desaparecido político: aquele sobre o qual não mais havia a notícia da morte, um corpo ou atestado de óbito. Com o desaparecimento de uma pessoa e a inexistência de um momento de luto, apagava-se a distinção entre passado e presente. A onipresença da morte, que ofusca essa diferença, dificulta o surgimento de representações de um corte, de um antes e um depois (Seligmann-Silva, 2000, p. 85-93), e de uma memória social. O medo e a incerteza se disseminam (Teles, 2020, p. 286).

Ao se utilizarem desta tática, os torturadores precisavam também descartar os corpos, o que era feito de diversas formas, como esquartejamento, lançamentos em rios e incineração. Fatos como este só se tornaram de conhecimento público após as investigações da Comissão Nacional da Verdade (CNV), órgão criado em 18 de novembro de 2011, que tinha como objetivo investigar e esclarecer as violações de direitos humanos ocorridas durante o período da ditadura militar. A Comissão tinha

como foco principal a apuração de casos de tortura, desaparecimentos forçados, execuções e outras formas de repressão política.

É desta forma que a família do ex-deputado Rubens Paiva finalmente teve o conhecimento total do que ocorreu com o pai em 1971. Através da CNV, foi possível encontrar os nomes dos militares envolvidos no caso, como José Antônio Nogueira Belham, Rubens Paim Sampaio, Raymundo Ronaldo Campos, Jurandyr Ochsendorf e Souza e Jacy Ochsendorf e Souza, sendo estes apenas os oficiais que ainda estavam vivos durante as investigações. Ainda, a CNV possibilitou uma linha do tempo em que é possível entender como se passou as aproximadas 48 horas que Rubens ficou em cárcere, incluindo, até mesmo, o relato do tenente-médico do Exército Amílcar Lobo, que avisou aos torturadores que Paiva não sobreviveria.

> [...] que ao examinar o paciente verificou que o mesmo encontrava-se na condição de abdômen em tábua, o que em linguagem médica pode caracterizar uma hemorragia abdominal, sendo que naquela situação parecia ter havido uma ruptura hepática; Que ao examinar o paciente este disse ao declarante chamar-se RUBENS PAIVA; Que o declarante aconselhou a pessoa que o conduziu até aquela dependência que o paciente fosse imediatamente hospitalizado; que ao retornar para a sua jornada normal de trabalho, naquele Batalhão, o declarante recebeu a notícia de que a pessoa a quem fizera atendimento de madrugada havia falecido (CNV, 2014, p. 8).

A partir das informações recuperadas pela investigação que a Comissão Nacional da Verdade realizou, a família Paiva conseguiu abrir um processo contra os torturadores e assassinos de seu pai. Todos os documentos referentes ao processo encontram-se, também, no apêndice do livro *Ainda Estou Aqui*, escrito por Marcelo Rubens Paiva; e todos os documentos produzidos pela CNV são de conhecimento público e podem ser encontrados facilmente no site do órgão.

A infância em uma guerra mascarada

Dando início à nossa análise, utilizaremos de trechos do livro *Ainda Estou Aqui*, especialmente àqueles que podemos observar o que se passava na mente de Marcelo, filho do ex-deputado Rubens Paiva, quando criança. Para isso, também levaremos em conta todo o contexto histórico-político já mencionado.

Assim, o Brasil estava vivendo uma realidade política nunca antes vista em terras nacionais. Mandatos eram cassados e pessoas desapareciam, e, no meio disso

tudo, cinco crianças, dentre elas Marcelo Paiva, com seus cinco anos de idade, estavam em casa esperando notícias de seu pai.

Como dito anteriormente, Rubens Paiva teve seu mandato cassado ao denunciar políticos estadunidenses que financiavam torturas em terras brasileiras. Nesta ocasião, precisou fugir de Brasília em meio a tiros, literalmente, para conseguir se abrigar na embaixada da Iugoslávia, onde ficou temporariamente seguro. Da embaixada, mandou uma carta aos cinco filhos (na ocasião a mais nova tinha três anos e a mais velha nove) que Marcelo coloca nas páginas de seu livro:

> Verinha, Cuchimbas, Lambancinha, Cacazão e Babiu.
> [...]
> É possível que o velho pai vá fazer uma viagenzinha para descansar e trabalhar um pouco. Vocês sabem que o velho pai não é mais deputado? E sabem por quê? É que no nosso país existe uma porção de gente muito rica que finge que não sabe que existe uma porção de gente muito pobre, que não pode levar as crianças na escola, que não tem dinheiro para comer direito e às vezes quer trabalhar e não tem emprego. O papai sabia disso tudo e quando foi ser deputado começou a trabalhar para reformar nosso país e melhorar a vida dessa gente pobre. Aí veio uma porção daqueles muito ricos, que tinham medo que os outros pudessem melhorar de vida e começaram a dizer uma porção de mentiras. Disseram que nós queríamos roubar o que eles tinham: é mentira! Disseram que nós somos comunistas e que queremos vender o Brasil: é mentira! Eles disseram tanta mentira que teve gente que acreditou. Eles se juntaram - o nome deles é gorila - e fizeram essa confusão toda, prenderam muita gente, tiraram o papai e os amigos dele da Câmara e do governo e agora querem dividir tudo o que o nosso país tem de bom entre eles que já são muito ricos. Mas a maioria é de gente pobre, que não quer saber dos gorilas, e mais tarde vai mandar eles embora, e a gente volta para fazer um Brasil muito bonito e para todo mundo viver bem. Vocês vão ver que o papai tinha razão e vão ficar satisfeitos do que ele fez (Paiva, 2015, p. 101-102).

A carta do pai se torna muito marcante dentro do livro, pois explica de forma infantil e resumida o maior golpe político de nosso País, que na verdade foi muito complicado. Dessa maneira, podemos imaginar essas crianças pequenas, que não tinham ainda nem dez anos, tentando entender o trabalho do pai, sem saber a dimensão das palavras que ele escrevia para elas. “O velho pai tinha trinta e cinco anos. Queria se justificar para os filhos que, na escola, nas ruas, podiam ouvir que o pai era um comunista” (Marcelo Rubens Paiva, 2015, p. 102). Muito provavelmente as crianças nem sabiam o conceito de comunismo, o que exemplifica o modo como de fato se inicia a vida de Marcelo dentro da ditadura, aos cinco anos de idade, com uma carta do pai falando sobre gorilas.

Marcelo também nos conta como, aos seis anos de idade, morava na capital paulista e era apaixonado por Lucila, uma garotinha da sua escola que tinha “cachos malucos”. Porém, com o início da ditadura e o afastamento de seu pai do cargo de deputado, a família se mudou para o Rio de Janeiro, o levando para longe do seu grande amor infantil. Em 1971, após o desaparecimento de Rubens, a família retorna à São Paulo. Dessa vez, aos 12 anos, Marcelo precisa deixar Carla.

> [...] Carla se aproximou. Fiquei encantado. Ela disse meu nome, Marrrcelo, com aquele sotaque carioca delicioso. Me beijou.
> - Você vai embora, Marrrcelo?
> - Vou - eu disse.
> - E não volta mais?
> - Não sei.
> - Por causa do seu pai?
> - Por causa de um monte de coisas.
> - Vai pra onde?
> - Vou morar em Santos, a família do meu pai é de lá.
> - E você volta?
> - Não sei.
>
> Mais um caso de amor que a ditadura me fez deixar para trás (Paiva, 2015, p. 71).

Trechos como esses nos fazem lembrar de como a vida não espera resolvermos os problemas para continuar. Um golpe de estado não se importava se estava atrapalhando um namoro, um casamento, um batizado, provas de escola, colheitas, importa salientar que crianças eram afetadas sem entender o porquê. Pensa-se que, de repente, papai não pôde mais trabalhar, foi demitido. Foi demitido a som de tiros, rolou para dentro de um fusca sendo demitido e fugindo da morte, isso era normal? Como uma criança saberia o quão anormal isso é, se ela ainda não teve tempo para experienciar o normal?

Marcelo, já pré-adolescente, abandonou o amor da sua vida, ou assim ele pensava, pois não tinha escolha. Era apenas uma criança e faria o que os adultos lhe dissessem para fazer. Maria Elisa Moreira pontua:

> Esses escritores retomam o contexto histórico por meio das relações pessoais, do ambiente urbano e da vivência política apresentados, muitas vezes, de forma apenas tangencial, ou sob a perspectiva de um narrador infantil que não tinha um papel ativo nessa história (2020, p. 182).

É assim que vemos que Marcelo não foi afetado apenas pelos acontecimentos que envolviam seu pai. Sim, ele estava mais próximo do contexto político por causa de Rubens, mas isso não era tudo. Além das possíveis namoradas, ele nos conta de

amigos perdidos, que a ditadura também levou embora. A exemplo, temos o colega Edu, filho de um amigo de Rubens, companheiro de Marcelo tanto em São Paulo como no Rio:

> A ditadura apertou. A família do Edu se exilou em Londres. Ele me mandava cartas perguntando de futebol e de Carla. Eu mentia. Dizia que estávamos namorando. Que ficávamos na casa dela nos pegando, aos onze anos de idade. Meu pai foi preso e morto naquele ano. Me fechei. Meu olhar ficou triste, como o de nenhum outro moleque. Muitos passaram a me evitar. Eu era filho de um terrorista que atrapalhava o desenvolvimento do país, eles aprendiam com alguns pais e professores, liam na imprensa, viam nos telejornais. Meu pai era membro "do Terror"! Em 1971, eu ficava muito tempo sozinho no banco da escola. Aos poucos amigos, eu tentava explicar que meu pai não era bandido. A maioria não tinha ideia do que se passava. A censura e o milagre brasileiro cegavam (Paiva, 2015, p. 70-71).

É muito interessante observar como Marcelo consegue transmitir por meio de sua escrita a essência de garoto, moleque, que se aproveitava da situação para mentir para o amigo sobre a menina que ambos gostavam, e ao mesmo tempo nos mostrar a seriedade do momento. A exclusão dele por causa do pai, as mentiras e a censura da época… imagina-se que esse era o sentimento dentro daquele jovem. Uma vida incompleta, mas que ainda prosseguia, um menino de onze anos sem o pai, mas ainda um menino de onze anos.

No Rio de Janeiro, Marcelo morou no bairro do Leblon, que ainda não era o Leblon que conhecemos hoje. Na época, o bairro ficava entre duas favelas, sendo uma delas a Favela do Pinto. As crianças do Leblon e das comunidades se juntavam nas brincadeiras e no dia a dia, sem fazer distinção de classe.

> Num dia de semana, a praia amanheceu apinhada. Toda a favela correu para lá. Estavam chamuscados. Crianças carregavam pertences. Na água, bonecas com fuligem. A favela do Pinto tinha pegado fogo. Foram os militares, diziam. Viram helicópteros do Exército sobrevoando a favela na noite da tragédia. O tumulto durou uns dias. Certa manhã, tomávamos café e um grupo de moleques invadiu a nossa casa. Não falaram nada. Foram até a geladeira, comeram com as mãos o que encontraram. Nem nos levantamos da mesa. Eram meus vizinhos da favela do Pinto, remanejados para o outro lado da cidade (Paiva, 2015, p. 68).

O autor também nos conta de 1975, ano em que três professores de seu colégio foram presos. Um deles, professor Benauro, foi levado em um dia de aula ao DOI-Codi e torturado, pois "[...] doutrinava com textos xerocados de Marx e Engels

sobre mais-valia" (Paiva, 2015, p. 80). Pelos janelões da escola de elite, os alunos viram dois desses professores serem escoltados por agentes à paisana.

Paiva nos conta, ainda, suas lembranças entrosando dois pontos de vista: o do garoto Marcelo, que observava tudo sem entender completamente, e o do adulto Marcelo, já na casa dos 50 anos, revivendo suas memórias. Dessa forma, podemos perceber também um posicionamento político sobre os acontecimentos que não ocorreram ao garoto Marcelo. "Esse posicionamento faz com que o entendimento político dos personagens, inclusive, muitas vezes se explicite na narrativa como uma construção a posteriori, possível apenas pela via da reconstrução memorialística" (Moreira, 2020, p. 183).

Esse pensamento nos leva a refletir sobre como algumas lembranças são armazenadas em nosso cérebro. Como, apesar de Marcelo ter experenciado todas estas cenas ainda criança, escolheu transmiti-las para o papel somente décadas depois, e como essas memórias ainda estão vivas dentro dele. Memórias traumatizantes que, como disse o sociólogo Michael Pollak (1989): esperavam o momento propício para serem expostas. E, por mais que Paiva seja apenas uma pessoa, isso se torna "[...] a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais" (Pollak,1989, p. 5).

Estranhos em casa

Ao ter seu mandato cassado, Rubens consegue fugir de Brasília e se afasta da política, ou pelo menos não exerce oficialmente um cargo político. Ao retornar do exterior, leva a família para o Rio de Janeiro e se recusa a sair do País novamente. Rubens, porém, nunca abandonou sua luta ideológica. Durante o caso do sequestro do embaixador suíço Giovanni Bucher, Paiva ajuda Helena Bocayuva, uma das guerrilheiras envolvidas, a se esconder em São Paulo e depois fugir para o Chile. Helena havia sido responsável pela casa onde mantiveram Bucher. Do Chile, a garota manda, de forma muito descuidada, cartas em agradecimento ao seu salvador. As cartas são interceptadas por militares, que em seguida fazem a apreensão de Rubens Beyrodt Paiva, na sua casa no Leblon.

Rubens foi levado ao DOI-Codi do Rio de Janeiro na manhã do dia 20 de janeiro de 1971. Na época, soltaram uma versão de que o ex-deputado havia fugido enquanto era transferido de uma delegacia para outra, que foi resgatado por

guerrilheiros e talvez poderia ter morrido em uma troca de tiros. Atualmente, sabe-se que ele foi torturado por dois dias, e faleceu na virada do dia 21 para o dia 22, também é de conhecimento onde o corpo esquartejado teria sido enterrado, porém nunca encontraram seus restos mortais.

Eunice Paiva foi levada no dia 21 de janeiro para o mesmo DOI-Codi, não sabia que o marido estava no mesmo prédio que ela. Ficou presa por 12 dias. Eliana, uma das filhas mais velhas do casal, também foi levada no dia 21 e liberada no dia seguinte.

Marcelo tinha onze anos no dia 20 de janeiro e não viu o pai sendo levado, ou quando os seis militares à paisana armados com metralhadoras entraram em sua casa. Quando acordou, sua mãe já havia convencido os soldados a, pelo menos, guardarem as armas.

> Acordei depois de tudo isso. Fui sonolento ao banheiro. Escovando os dentes, percebi um intruso no corredor, que vigiava pela janela do segundo andar o movimento da rua. Cumprimentei-o com a cabeça. Ele era quieto, sempre ficava no segundo andar (Paiva, 2015, p. 116).

Marcelo não estranhou em primeiro momento, pois era comum ter visitas desconhecidas ao garoto em sua casa, amigos dos pais, das irmãs, vizinhos. Não sabia, entretanto, que aquela manhã havia mudado sua vida para sempre.

> Quando desci a escada, não encontrei um ambiente de terror. Estavam todos calmos, calmos até demais. A casa parecia na rotina. Ninguém comentava a presença daqueles estranhos não fardados, então sem armas, jovens, de boa aparência, educados, até. Era comum ter em casa gente desconhecida espalhada pelos cômodos. Especialmente num feriado. Mas não estavam com roupas de praia. No fundo, pareciam encabulados. Era como se a família tentasse seguir a rotina, e eles percebessem que, na verdade, aquela era uma casa comum, não um aparelho. O telefone tocava e era um dos sujeitos, Militar 1, quem atendia, com o telefone preto de laca da mesa de centro da sala, telefone que ficava no escritório e tinha um fio enorme esticado. Perguntei à minha mãe:
> - O que está acontecendo?
> - Nada, filhinho. Você já tomou o café?
> - Quem são esses caras?
>
> Ela disse que eram fiscais, depois disse que vieram dedetizar a casa. Criativa (Paiva, 2015, p. 117-118).

Novamente, é interessante observar como Marcelo mistura suas lembranças ingênuas de criança com sua consciência de homem adulto. Relembra a casa em que cresceu, a dedicação de sua mãe para privar o filho de tamanha violência velada.

Assim, de acordo com Maria Elisa Moreira (2020, p. 281), “O que o escritor propõe, portanto, com sua narrativa, pode ser entendido como um retorno àquela casa da qual participou apenas parcialmente.”

Ainda, relembrando aquele fatídico 20 de janeiro, Marcelo criança, sem saber o que se passava, quis aproveitar um dia de feriado e sol como aproveitaria em qualquer outro momento. Saiu de casa, como sempre fez, e foi jogar bola na praia com os amigos. Sem saber que desobedecia a ordens oficiais: para que ninguém entrasse ou saísse daquela casa no Leblon.

> Voltei para casa e levei uma dura de um dos dedetizadores. Perguntou onde eu estava. Como assim, onde eu estava? Quem é você para me perguntar onde eu estava? Eu estava, como sempre, ali em frente jogando bola. É o meu direito. É a minha praia! É feriado, férias, não tem aula. Ninguém me impede de ir à praia. Só atravessar a rua com cuidado. Ela é de todos (Paiva, 2020, p. 120).

O autor diz que levou uma dura dos “dedetizadores” e relata que era apenas “só atravessar a rua com cuidado”, demonstrando as palavras que passam na cabeça de um garoto de onze anos. Por que, em algum universo, alguém proibiria um garoto de ir jogar bola com os amigos em um dia que não tem aula? Hoje, através da memória, Paiva pode olhar para trás e rever esta cena por vários ângulos, entender a proteção e a ameaça que pairava ao redor dele. Em 1971 existia apenas uma criança confusa.

Enquanto o garoto estava perdido, a mãe pensava com agilidade. Eunice viu a saída não permitida do filho como uma oportunidade. Escondida, escreveu um bilhete, colocou em uma caixa de fósforos, pediu ao filho que saísse escondido novamente e levasse o recado à vizinha.

O pequeno Marcelo recebeu a missão como um cavaleiro. Fez de tudo para completá-la. E completou. Foi só quando chegou ao portão da vizinha que abriu o bilhete e leu o que a mãe havia escrito. “Rubens foi preso, ninguém pode vir aqui, senão é preso também” (Paiva, 2020, p. 122).

> Papai foi preso. Papai sempre tem problemas. [...] Papai uma vez nos explicou. Os gorilas, como ele chamava os militares, como muitos os chamavam, tomaram o poder porque não queriam reformas que ajudassem aos pobres, assim nos explicava (Paiva, 2015, p. 122).

O autor continua mencionando como, já adulto, toda vez que passa pela rua em que caminhou levando aquele bilhete, reimagina a cena. Se vê, criança, correndo

desesperado com uma caixa de fósforos na mão. E a memória "[...] deriva tanto de uma série de condições psíquicas e fisiológicas quanto de instrumentos que possibilitem a ampliação desse processo de rememoração [...]" (Moreira, 2020, p. 294). A memória também era aquela rua e o portão da vizinha Helena.

Paulina Daza ressalta que a *literatura de los hijos* também vem para

> [...] esclarecer e reivindicar de alguma forma que também fazem parte da história, que, de alguma forma, sempre é possível se conscientizar da dor alheia e que crescer permite questionar as decisões dos adultos, duvidar e se reconectar com a história para se tornar parte dela a partir do presente (Daza, 2014, p. 9, tradução nossa).

Reconhecemos as palavras de Paulina Daza na escrita de Marcelo Paiva, que repensa as atitudes do pai, criando diversas perguntas para as quais não tem, e nunca terá, respostas.

> Não sei o que se passava pela cabeça do meu pai. Ele sabia que o cerco apertava. [...] O sensato seria nos mudarmos para Londres ou Paris. Minha irmã Vera passava férias em Londres. Deveríamos ter ficado dois ou três anos por lá, como fez o Gasparian. Meu pai perdeu o timing. Onipotência e teimosia que minha mãe nunca perdoou. Queria lutar quixotescamente numa guerra já perdida. Arriscou a família. Tinha cinco crianças. E tenho certeza de que, destroçado pela tortura, deve ter pensado nisso. Sabendo que minha mãe e a minha irmã Eliana estavam nas mesmas dependências do DOI-Codi em 21 de janeiro de 1971, de capuz, prontas para os torturadores caírem em cima, sabendo que minha mãe e minha irmã não tinham a menor ideia do que faziam ali, ele deve ter sofrido, ele, o irredutível inconformado, que não soube tomar as precauções devidas. Inimaginável o seu sofrimento. Talvez a dor da tortura não chegasse aos pés da descoberta de que tomou decisões erradas, arriscou a vida da mulher e dos filhos, crianças ainda. Deve ter sido a sua derradeira tortura (Paiva, 202, p. 107-108).

A memória que nos prende e a memória que nos foge

Em 2017, Marcelo Rubens Paiva deu uma palestra aos estudantes do curso de Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie, mesma faculdade em que seus pais haviam estudado. Ele falava sobre seu livro, *Ainda Estou Aqui*, que havia ganhado o Prêmio Jabuti de 2016 por votação popular.

Durante o evento, Marcelo é questionado por alguém da plateia se o livro era sobre a ditadura. O escritor responde que não. Seu livro era sobre memória.

> A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas (Le Goff, 1990, p. 368).

Sua resposta foi capaz de marcar todos que estavam ali. É uma fala que representa todas as famílias já atingidas por um governo ditatorial. Uma fala que afirma que a ditadura não venceu. Suas vidas não foram o Regime Militar. Este governo é apenas parte de suas memórias. Ele é parte de nossas memórias, e não nós, parte dele. E mais importante: nós não nos esquecemos, a história ficará gravada em nós.

> [...] a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (Le Goff, 1990, p. 368).

Em outra declaração que o autor fez durante sua palestra, ele diz que foram as “Manifestações dos Vinte Centavos”, ocorridas em 2013, que o inspiraram a escrever seu livro, pois na época, havia pessoas que pediam pelo retorno de um Regime Militar.

Isso nos leva a refletir sobre o negacionismo que existe em muitas situações de violências políticas, como aconteceu a respeito do Holocausto e também acontece ao redor das discussões sobre a Ditadura Militar. O pedido de parte do povo brasileiro pela volta do Regime Militar – pedido que aconteceu não só em 2013, mas que encontrou outra onda de apoiadores em 2018 e em 2022, durante as eleições que envolviam o candidato Jair Bolsonaro – é um reflexo claro da narrativa contada por certos lados que, de forma rasa, pode se resumir a falas como “a Ditadura Militar nunca existiu”, ou então “o Regime Militar não foi tão ruim assim”.

> O negacionismo, neste caso, é apenas um caso particularmente radical de um movimento que acompanha o gesto genocida. O genocida sempre visa à total eliminação do grupo inimigo para impedir as narrativas do terror e qualquer possibilidade de vingança. Os algozes sempre procuram também apagar as marcas do seu crime. Esta é uma questão central, que assombra o Testemunho do sobrevivente em mais de um sentido (Seligmann-Silva, 2010, p. 10).

Portanto, a literatura de testemunho vem como um meio de provar (novamente) fatos históricos, especialmente quando há um forte negacionismo sobre.

Assim, Marcelo faz parte de “[...] jovens escritores que cresceram em um contexto político e histórico conturbado, marcado pela violência, pelo exílio, pela instabilidade [...]” (Moreira, 2020, p. 281), mas que souberam compartilhar suas histórias para resgatar um passado que não podemos permitir que volte. “[...] o dever da resistência e da busca obstinada por uma memória. [...] ela precisa se construir como condição de sobreviver ao passado, como meio de apontar que cicatrizes ficaram, e persistem, por mais sutis que possam parecer” (Moreira, 2020, p. 295).

Paiva constrói uma viagem por suas memórias, revendo as cicatrizes que ficaram acrescentando informações ao longo de sua narrativa e reconhecendo como, com o passar dos anos, suas lembranças são alteradas: “A prisão do meu pai (como a da minha mãe e da minha irmã) com o tempo ganhou outro significado, outras provas, testemunhas, releituras” (Paiva, 2015, p. 117). Reafirmando, dessa forma, a fala do neurobiologista Jean-Pierre Changeux: "O processo da memória no homem faz intervir não só a ordenação de vestígios, mas também a releitura desses vestígios” (1972, p. 356 *apud* Le Goff, 1990, p. 366).

Ao escrever *Ainda Estou Aqui* e levar essa história para o mundo, Marcelo também reafirma as palavras de Elizabeth Jelin (2014, p. 228):

> Ou seja, para além do ato de homenagem, toda marca ligada ao passado tem inscrito em si um horizonte futuro, uma ideia de que o que está inscrito hoje (em relação ao ontem) carrega uma mensagem para o amanhã, uma intenção de intervir para que que o futuro seja melhor, para que não se repita os erros e horrores do passado (tradução nossa).

Todo o conjunto de suas ações, já adulto, faz perceber a necessidade de contar sua história, a história de seus pais, elucidando mais que apenas o seu posicionamento político, mas fatos sobre a ditadura militar; é uma literatura de testemunho que carrega um discurso político extremamente forte.

> O posicionamento político, assim, se marca no momento em que aquele garoto, “tempos depois”, passa a perceber de outra forma o mundo em que vivia, num processo de amadurecimento que passa a ser, também ele, apresentado pela narrativa, e que funciona como uma espécie de denúncia a respeito dos impactos que a ditadura teve mesmo nas vidas daqueles que a viveram de fora, dessas posições “secundárias” (Moreira, 2020, p. 285).

Este posicionamento junto a um amadurecimento, como afirma Moreira, só acontece graças à ação da memória, tanto individual como coletiva, ressaltando a importância de mantermos vivas as lembranças de certo tempo e espaço. “A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens” (Le Goff, 1990, p. 411).

Em mais uma provação, Eunice Paiva é diagnosticada com Alzheimer aos seus 75 anos. Enquanto seu filho reconta suas memórias, a mãe viaja constantemente em uma mente que esconde suas lembranças, e a única coisa que diziam ser absolutamente nossa é tirada dela sem possibilidade de volta. Eunice lutou por décadas para descobrir a verdade sobre a morte de seu marido, conseguir seu atestado de óbito – até então todos os bens de Rubens Paiva estavam congelados, pois não havia o documento – e expor para todo o Brasil os nomes de todos os responsáveis pelas duas décadas mais terríveis do País.

Em 2011, juntamente com a criação da Comissão Nacional da Verdade, também é criada a Comissão da Verdade do estado de São Paulo “Rubens Paiva”.

Apesar das Comissões terem sido uma verdadeira conquista para o povo brasileiro, é impressionante pensar como foram precisos mais de 25 anos para que tal feito se realizasse. De modo que permite compreender a reflexão do sociólogo Michael Pollak:

> A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor (1989, p. 8).

Marcelo Rubens Paiva se considera um pacifista até o fim. Suas irmãs participaram de ações estudantis contra a Ditadura Militar, mas ele, no máximo, ia a protestos pacíficos e escrevia algumas coisas. Ainda, ele conta que, durante um protesto organizado pelo bispo Paulo Evaristo Arns, viu uma bomba de efeito moral ser atirada contra idosas que gritavam “mais feijão, menos canhão!”.

> Num gesto instintivo, chutei a bomba de volta, que estourou entre os pés de um grupo de policiais com escudos, capacetes e cassetetes, que rosnavam e se preparavam para sair batendo. Foi minha grande contribuição para combater a ditadura (Paiva, 2015, p. 184).

O escritor pode dizer que chutar a tal bomba foi sua maior contribuição, mas é possível inferir que o tenha dito de forma sarcástica, pois essa afirmação ignora o poder que tem as palavras.

> A utilização de uma linguagem falada, depois escrita, é de fato uma extensão fundamental das possibilidades de armazenamento da nossa memória que, graças a isso, pode sair dos limites físicos do nosso corpo para estar interposta quer nos outros quer nas bibliotecas. Isto significa que, antes de ser falada ou escrita, existe uma certa linguagem sob a forma de armazenamento de informações na nossa memória (Atlan, 1972, p. 461 *apud* Le Goff, 1990, p. 367).

É através de histórias como a da família Paiva, que reflete também as narrativas de diversas outras famílias, não só brasileiras, como de toda a América Latina, que é possível sentir de forma palpável a história que se passou. E histórias como essa só podem ser apresentadas através da memória. Memórias que ficam eternamente conosco, ou nos deixam por conta de uma doença feita de nós mesmos.

Referências

ANTCZAK, Richard; GOLDSCHMITT, Laura. O Padre Peyton e as marchas da família com Deus pela liberdade. **Revista Santa Catarina em História**, v. 8, p. 125–136, 2014.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade. Relatório** – Volume – I. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/mobile/outros-destaques/442-relatorio-da-cnv-aponta-autores-de-tortura-e-morte-de-rubens-paiva.html. Acesso em: 05 de jun. 2024.

DAZA, Paulina. “Buscamos una voz que nos reciba”. Narrativas chilenas recientes: lecturas cómplices. **ARBOR Ciencia, Pensamiento y Cultura, Madrid,** v. 190-769, p. 1-13, sep./oct. 2014, a162. Disponível em: https://arbor.revistas.csic.es/index.php/arbor/article/view/1964. Acesso em: 05 de jun. 2024.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela Maria de Castro. **1964:** o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

JELIN, Elizabeth. Memoria y democracia: una relación incierta. **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales**, v. 221, p. 225–242, maio-agosto de 2014.

KUSUMOTO, Meire. **Marcelo Rubens Paiva vence em categoria de votação popular do Jabuti.** Veja, 25 nov. 2016. Disponível em: https://veja.abril.com.br/coluna/meus-livros/marcelo-rubens-paiva-vence-em-categoria-de-votacao-popular-do-jabuti#google_vignette. Acesso em: 03 set. 2024.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas: UNICAMP, 1990.

MARCELO RUBENS PAIVA. **Unicamp.** Disponível em: https://idea.unicamp.br/artista-residente/marcelo-rubens-paiva/. Acesso em: 03 set. 2024.

MEMORIAL da Resistência de São Paulo. **Vladimir Herzog**. Disponível em: https://memorialdaresistenciasp.org.br/pessoas/vladimir-herzog/. Acesso em: 4 dez. 2024.

MOREIRA, Cássio Silva. **O projeto de nação do governo João Goulart: o plano trienal e as reformas de base (1961-1964).** Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

ORIGENS DO GOLPE. **Memórias da Ditadura.** Disponível em: https://memoriasdaditadura.org.br/origens-do-golpe/. Acesso em: 03 set. 2024.

MOREIRA, Maria Elisa Rodrigues. Memória e violência: sutis cicatrizes na narrativa de Alejandro Zambra. *In*: CARDOSO, Rosane Maria *et al*. **Espaços de Memória na Literatura Espanhola e Hispano-Americana.** 1. ed. Campinas: Pontes Editores, 2020. p. 277-297

O GOLPE CIVIL MILITAR NO BRASIL. **Memórias da Ditadura.** Disponível em: https://memoriasdaditadura.org.br/o-golpe-civil-militar-no-brasil/. Acesso em: 03 set. 2024.

PAIVA, Marcelo Rubens. **Ainda estou aqui.** Rio de Janeiro: Alfaguara, 2015.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio.** Tradução: Dora Rocha Flaksman. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3–15, 1989.

RUBENS BEYRODT PAIVA. **Memorial da Resistência de São Paulo.** Disponível em: https://memorialdaresistenciasp.org.br/pessoas/rubens-beyrodt-paiva/. Acesso em: 03 set. 2024.

SELIGMANN-SILVA, Marcos. O local do testemunho. **Tempo e Argumento**, v. 2, p. 3–20, jan/jun 2010.

SCAVONE, Artur. **Discurso do deputado Rubens Paiva em 1º de abril de 1964.** YouTube, 21 mar. 2014. Disponível em: https://youtu.be/mONaXFy98ys. Acesso em: 03 set. 2024.

SOBRE O PROJETO. **Memórias da Ditadura.** Disponível em: https://memoriasdaditadura.org.br/sobre-o-projeto/. Acesso em: 04 set. 2024.

TELES, Janaína de Almeida. Eliminar “sem deixar vestígios”: a distensão política e o desaparecimento forçado no Brasil. **Revista M**, v. 5, p. 265–297, Jul/dez 2020.

ZACARI, Lucas. **Caso Rubens Paiva: da luta política à adaptação para as telas.** Nexo, 30 ago. 2024. Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/expresso/2024/08/30/caso-rubens-paiva-da-luta-politica-a-adaptacao-para-as-telas. Acesso em: 03 set. 2024.